

'Se meta de inflação está errada, muda-se a meta', diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a mencionar a possibilidade de mudar a meta de inflação, com o objetivo de segurar a taxa de juros no Brasil.

Lula fez a declaração em um café da manhã com jornalistas. Ao fim da conversa, porém, ele disse que apenas discutia uma fala do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, e que não pretende brigar com o chefe da instituição.

Lula se referia a uma hipótese levantada pelo presidente do BC. Na semana passada, Campos Neto afirmou que, para cumprir a meta de inflação atual, os juros deveriam estar em 26,5% ao ano — bem acima dos atuais 13,75%. Campos Neto ponderou que aquilo seria impossível.

O petista criticou a hipótese e a política de juros do BC. Em seguida, afirmou: "Se a meta [de inflação] está errada, muda-se a meta".

"Esses dias, eu li uma frase que eu não sei se foi dita pelo presidente do Banco Central que, para atingir a meta de 3%, precisaria de juro de 20% [Campos Neto falou em 26,5%]. Não sei se foi verdade isso, mas no mínimo é uma coisa não razoável. Porque se a meta [de inflação] está errada, muda-se a meta", disse.

O centro da meta oficial para a inflação em 2023 é de 3,25% e, para 2024, de 3%, com margem de tolerância de 1,5 ponto percentual para mais ou menos.

Ao fim do café, Lula disse que se referia a uma hipótese e que não quer discutir a meta.

"Eu disse que não ia dis-

cutir meta, porque esse é um problema da autonomia do Banco Central e do Senado, que aprovou a autonomia do Banco Central. Ele [Campos Neto] que tenha a sua autonomia, e o povo brasileiro que fique analisando", disse.

A meta de inflação, no entanto, não é determinada apenas pelo presidente do Banco Central. Quem define o percentual é o CMN (Conselho Monetário Nacional), composto pelo presidente do BC e por dois ministros: Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento). O governo, se quisesse, teria maioria para fazer uma mudança.

Lula já havia mencionado essa possibilidade em janeiro, numa entrevista à GloboNews. Pouco depois, no entanto, Haddad afirmou que a meta permaneceria como está. Cátia S; Bruno B; e Marianna H./Folhapress



Economia



Produção industrial recua em janeiro em oito locais pesquisados

Página - 03

Política

Lula diz ser aconselhado a não falar de Moro e Bolsonaro após desgastes

Página - 04

Eduardo Bolsonaro defende Ricardo Salles como candidato a prefeito de SP

Página - 04

Fala de ministro sobre preço de combustível gera expectativa em caminhoneiros

Página - 03



Governo resgata uso de 'filtros' para conter avanço da 'grilagem digital'

Página - 05

Cúpula amazônica vai ocorrer em agosto, em Belém, e pode receber Macron

Página - 05



No Mundo

Wisconsin elege juíza progressista em votação que pode mudar política dos EUA



A eleição para a instância máxima da Justiça de um estado médio no norte dos EUA pode provocar uma pequena revolução na política do país e tem sido vista como o pleito mais importante do ano.

Enquanto os olhos do mundo acompanhavam o indiciamento do ex-presidente Donald Trump na terça (4), a população de Wisconsin elegeu a juíza Janet Protasiewicz para a Suprema Corte local, em uma vitória da ala progressista que pode significar uma mudança na política de aborto e no zoneamento eleitoral.

Um termômetro da importância do pleito ficou claro no volume gasto na eleição, que custou US\$ 45 milhões (R\$ 226 mi), segundo o portal WisPolitics, no que se tornou a disputa por um cargo na Justiça mais cara da história do país. Para se ter uma ideia, a disputa de 2020 pelo mesmo cargo custou um quarto disso.

Embora os juízes não tivessem que concorrer por partidos políticos, o Partido Democrata doou US\$ 9 milhões para a campanha de Protasiewicz, segundo o Washington Post. Como resultado, ela veiculou três vezes mais propaganda do que os

adversários na reta final da campanha.

O impacto mais imediato da eleição de Protasiewicz, que fez carreira como procuradora, deve ser na questão do aborto -tema de um terço dos anúncios na TV, segundo monitoramento do AdImpact.

Uma lei de 1849 proíbe o aborto no estado exceto em risco de vida da mãe. Em 1973, porém, a Suprema Corte dos EUA considerou que o aborto é um direito constitucional no julgamento Roe vs. Wade e a interrupção voluntária da gravidez foi permitida no estado, assim como no restante do país, por 49 anos.

Thiago Amâncio/Folhapress

Idosa de 64 anos é acusada de liderar esquema mundial de tráfico de drogas

Joanne Marian Segovia, 64, ficou conhecida como “vovó do crime” após ser acusada de comandar um esquema internacional de tráfico de drogas. As informações são do New York Post.

Joanne, que trabalhava como diretora executiva da Associação de Policiais de San Jose, da Califórnia, nos Estados Unidos, é investigada por liderar um esquema criminoso para traficar drogas, entre elas o fentanil.

Os investigadores apontam que Joanne mantinha uma vida dupla. Ela teria

iniciado a vida no crime em 2015 ao receber em sua casa pelo menos 61 carregamentos de drogas vindas de Hong Kong, Índia, Hungria e Cingapura. Posteriormente, a idosa repassava as drogas dentro dos EUA.

A suspeita supostamente chegou a usar inclusive os computadores do seu local de trabalho para encomendar as pílulas de opioides e outras drogas, que chegavam em sua residência disfarçadas como “brindes para festa de casamento” ou “chocolates e doces”.

Folhapress



Presidente de Taiwan vai aos EUA para encontro histórico sob ameaças da China



O republicano Kevin McCarthy, presidente da Câmara de Representantes dos Estados Unidos, recebeu a presidente de Taiwan, Tsai Ing-wen, nesta quarta-feira (5), na Califórnia, para um encontro simbólico que, segundo Taipé, mostra que a ilha não está isolada apesar das pressões crescentes de Pequim.

Em novo capítulo com potencial de alavancar as tensões geopolíticas na Guerra Fria 2.0, McCarthy se tornou o político dos EUA mais importante a se encontrar com um líder de Taiwan em solo americano desde 1979, quando a Casa Branca restabeleceu relações diplomáticas com Pequim.

A China considera Taiwan uma província rebelde e promete retomá-la pela força, se necessário. O regime chinês descreveu o encontro como provocação e prometeu uma resposta “resoluta”, enquanto o republicano minimizou ameaças ao dizer que Tsai está de passagem em uma viagem informal e privada.

Os líderes não anunciaram acordos políticos ou econômicos no encontro, que teve o objetivo de transmitir a mensagem de que Taipé tem respaldo internacional. Aliada da Rússia e um dos principais rivais militares de Washington, Pequim vem aumentando a retórica contra a ilha nos últimos meses.

“Não estamos isolados”, disse Tsai após se reunir a

portas fechadas com líderes republicanos e democratas na biblioteca presidencial Ronald Reagan. “Eu enfatizei algo que Reagan [presidente dos EUA de 1981 a 1989] sempre defendeu: para preservar a paz, precisamos ser fortes”.

McCarthy ecoou as declarações de Tsai, a quem chamou de grande amiga. Ele afirmou que as partes atuarão em conjunto para promover a liberdade econômica, a democracia e a estabilidade. Também enfatizou que os EUA são o principal fornecedor de armas à Taiwan e disse que foram discutidas alternativas para acelerar o envio de armamentos. Questionado se planeja visitar Taiwan, des- conversou.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Produção industrial recua em janeiro em oito locais pesquisados



A Pesquisa Industrial Mensal Regional (PIM), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), registrou queda de 0,2% da indústria nacional no acumulado em 12 meses, até janeiro. Houve recuo na produção industrial de 0,3% em oito estados em janeiro, com os maiores resultados negativos no Rio Grande do Sul (3,4%), São Paulo (3,1%) e Mato Grosso (2%). Também tiveram queda Rio de Janeiro (1%), Santa Catarina (1%), Pará (0,4%), Paraná (0,3%) e Bahia (0,2%).

Em movimento contrário, Espírito Santo e Pernambuco apresentaram expansões de 18,6% e 17,3%, respectivamente, as mais elevadas no mês. As demais variações

positivas ficaram com Goiás (2,5%), Amazonas (2,4%), Ceará (1,5%) e Minas Gerais (0,6%).

A queda da produção industrial em São Paulo ocorreu depois do recuo de 0,8% no mês anterior e resultou em uma retração de 3,9% da indústria do estado nesses dois meses. Para o analista da pesquisa, Bernardo Almeida, o desempenho da indústria paulista, na comparação com dezembro, provocou a maior influência sobre o resultado nacional e foi impactado pelos setores de derivados de petróleo e de veículos.

“Podemos observar que, no mês de janeiro, a indústria automobilística costuma dar férias coletivas, e com isso, há queda de produção. Também há uma certa cautela na

produção do setor, já que o desabastecimento de insumos e o encarecimento de matéria-prima vêm causando impacto no ritmo da produção”, explica o IBGE.

A pesquisa mostrou ainda que o recuo de janeiro no Rio Grande do Sul, relacionado ao setor de derivados de petróleo, eliminou o ganho de 1,9% registrado no mês anterior. Mas, segundo o analista, não foi o único impacto. O setor de produtos do fumo também exerceu uma influência negativa sobre a indústria gaúcha. “Além de ser a maior retração entre os locais investigados pela pesquisa, o resultado negativo da produção do Rio Grande do Sul foi o segundo de maior influência sobre o índice nacional”, diz o IBGE.

Cristina Indio do Brasil/ABR

Fala de ministro sobre preço de combustível gera expectativa em caminhoneiros

A declaração feita nesta quarta-feira (5) pelo ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, sobre mudança na política de preço dos combustíveis chamou a atenção das lideranças dos caminhoneiros, mas os motoristas querem mais detalhes.

Para Wallace Landim, o Chorão, uma das lideranças que emergiram na grande paralisação de 2018, falta planejamento.

“Nós nos tornamos refém dos grandes importadores de diesel e gasolina. Então, por meio dessa fala do ministro, sobre o fim ou a mudança do PPI, qual é o planejamento da Petrobras para que a gente se torne autossuficiente no refino?”, diz ele.

José Roberto Stringasci, da ANTB (Associação Nacional de Transporte do Brasil), diz que as novas decla-

rações de Silveira não ainda não representam uma definição sobre a mudança no modelo chamado PPI (preço de paridade de importação).

“Ele não apontou ainda direção nenhuma de como será essa mudança. Ele não mostrou às claras o que é que eles querem. Até agora não tem nada definido”, afirma Stringasci.

Em entrevista à GloboNews na manhã desta quarta-feira, o ministro Alexandre Silveira anunciou que a Petrobras vai alterar a sua política comercial após a eleição do novo conselho e chegou a cunhar um nome para o novo modelo, PCI (preço de competitividade interna), que, segundo ele, reduziria o preço do diesel em até R\$ 0,25 por litro. As declarações irritaram a cúpula da Petrobras.

Joana Cunha/Folhapress



Indicador Antecedente de Emprego avança e atinge 76,4 pontos



O Indicador Antecedente de Emprego (IAEmp) avançou 1,7 ponto em março, alcançando 76,4 pontos. Segundo o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (FGV/Ibre), que calcula o indicador, este é o maior nível desde outubro do ano passado, quando atingiu 79,8 pontos. Em médias móveis trimestrais, o IAEmp subiu 0,6 ponto chegando a 75,0 pontos.

Entre os sete componentes do IAEmp, quatro contribuíram positivamente para o desempenho do indicador em março. Conforme o Ibre, os destaques foram os indicadores de Tendência dos Negócios e de Emprego Previsto

da Indústria, que contribuíram com 1,4 e 1,0 ponto.

Em movimento contrário, com queda de 0,7 ponto, o indicador de Emprego Previsto de Serviços e o indicador de Situação Atual dos Negócios da Indústria, que recuou 0,5 ponto, foram os piores resultados.

Para Rodolpho Tobler, economista do Ibre, o que se pode observar é que, de fato, houve uma melhora em fevereiro e março, mas ainda existe uma certa cautela.

“Por mais que tenha tido essa melhora, ela ainda é insuficiente para cobrir o que foi perdido na virada de 2022 para 2023, que teve um recuo muito maior do que essas altas que a gente tem agora e

elas não têm sido tão disseminadas. É um ou outro setor ou segmento, que mostra algum tipo de reação, mas que ainda parece ser mais ligado a alguma acomodação ou correção, uma redução do pessimismo que se tinha na virada do ano”, explicou para a Agência Brasil.

Cenário em análise

Segundo Tobler, o cenário ainda não é totalmente favorável, embora o indicador tenha parado de cair. Ele disse que a expectativa não é de que agora as coisas vão melhorar e voltar a ter uma trajetória muito favorável como ocorreu no meio de 2022.

Cristina Indio do Brasil/ABR

Política

Lula diz ser aconselhado a não falar de Moro e Bolsonaro após desgastes



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) disse nesta quinta-feira (6) ser orientado a não falar dos seus adversários políticos Jair Bolsonaro (PL) e Sergio Moro (União Brasil-PR), mas do que pretende fazer no seu governo.

O petista enfrentou desgastes nos últimos meses com algumas declarações, principalmente após sugerir, sem provas, “armação” de Moro em uma operação da Polícia Federal sobre um plano da facção criminosa PCC contra autoridades.

“[Paulo] Pimenta [ministro da Secom] tem me orientado todo dia a não falar nesses nomes que você falou [Moro e Bolsonaro]. Por isso que nem citei os nomes. Eu não tenho que falar nem da

coisa nem do coiso”, disse, ao ser questionado sobre os dois. “Vou começar a falar das coisas que nós vamos fazer daqui para frente”, completou.

A declaração do mandatário foi feita durante café da manhã com jornalistas na manhã desta quinta-feira, no Palácio do Planalto.

Aliados se queixam de que, quando Lula menciona os adversários, acaba promovendo-os politicamente, a exemplo do que ocorreu recentemente no caso de Moro.

“Eu não vou falar porque acho que é mais uma armação do Moro. Quero ser cauteloso, vou descobrir o que aconteceu. É visível que é uma armação do Moro”, disse o presidente na ocasião.

Na véspera, integrantes do próprio governo petista haviam exaltado a operação

feita pela PF, que é ligada ao Ministério da Justiça.

A ilação feita por Lula acirrou a disputa com opositores e levou Moro a reagir cobrando “decência” do presidente. A juíza Gabriela Hardt, responsável por assinar os mandados de prisão, tirou o sigilo do processo logo após a fala do presidente, levando à divulgação de mais detalhes da investigação policial.

Após uma temporada de 89 dias nos Estados Unidos, o ex-presidente Jair Bolsonaro retornou ao Brasil há uma semana, para tentar liderar a oposição ao governo Lula, ao mesmo tempo em que precisará se defender em investigações que vão do caso das joias da Arábia Saudita aos ataques de 8 de janeiro.

Bruno Boghossian e Catia Seabra/Folhapress

Eduardo Bolsonaro defende Ricardo Salles como candidato a prefeito de SP

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PL-SP) disse que não cogita disputar a eleição para a prefeitura de São Paulo no ano que vem e que apoia a candidatura do colega de Câmara Ricardo Salles (PL-SP) para o posto.

“Eu estou retirando essa minha possibilidade de ser candidato [a prefeito de São Paulo], por entender que é mais qualificado o Ricardo Salles”, disse Eduardo em entrevista ao SBT.

Segundo o filho do ex-presidente Jair Bolsonaro, Salles tem “identificação grande com a cidade de São Paulo, já foi do Executivo estadual, excelente ministro do Meio Ambiente e um dos deputados mais votados na última eleição”.

Ele acrescentou que Salles seria o melhor nome para enfrentar Guilherme Boulos (PSOL), mas ressaltou que essa definição ainda passará por tratativas internas no PL.

“É todo um colegiado que decidirá para a gente realmente cancelar o Ricardo Salles e ele ser o candidato bolsonarista à prefeitura de São Paulo”, afirmou.

Apesar de Salles ter se lançado no PL, o partido vem sendo cortejado também pelo atual prefeito da capital, Ricardo Nunes (MDB), que buscará a reeleição.

Ele inclusive já fez reuniões com o presidente nacional do partido, Valdemar Costa Neto, e deverá contar com o publicitário Duda Lima, que fez a campanha de TV de Bolsonaro no ano passado.

Fábio Zanini/Folhapress



Lula pede retirada de projeto de Bolsonaro que poderia isentar militares de punição em GLO



O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pediu ao Congresso a retirada do projeto de lei do seu antecessor, Jair Bolsonaro (PL), para isentar de punição militares e policiais que cometerem excessos durante operações de garantia da lei e da ordem (GLO).

A medida faz parte de um pacote de quatro propostas que o mandatário pede para retirar do Legislativo, cujo autor é Bolsonaro. Os pedidos são feitos por mensagem presidencial e publicados no Diário Oficial da União, nesta quinta-feira (6).

O projeto de lei sobre isentar militares de punição era simbólico ao bolsonarismo, porque era promessa de

campanha de 2018 do ex-presidente.

A medida foi anunciada por Bolsonaro durante o lançamento da Aliança pelo Brasil. Mas, assim como o partido que ele queria criar, o projeto de lei foi apresentado no final de 2019, mas nunca prosperou na Câmara.

Outra proposta que o governo federal não quer mais que tramite no Congresso é a que proíbe empresas de tecnologia e redes sociais de removerem conteúdo de suas páginas sem decisão judicial.

A época, começava um cerco nas redes sociais a publicações com conteúdo falso e plataformas mostravam quando o post era “enganoso”. O próprio Bolsonaro era alvo da decisão de mídias so-

ciais de apagar conteúdos de sua página que veiculavam informações enganosas e incorretas.

O YouTube retirou do ar vídeos do canal Jair Bolsonaro que propagavam o uso de medicamentos ineficazes contra a Covid.

Então, em setembro de 2021, o então chefe do Executivo enviou projeto ao Congresso. Em agosto, ele fez o anúncio em entrevista a uma rede social bolsonarista.

Na ocasião, ele fez um paralelo a o que ocorria com apoiadores do ex-presidente Donald Trump, que tinham publicações falsas retiradas das redes sociais, o que chamou de “censura”.

Marianna Holanda/Folhapress

Governo resgata uso de 'filtros' para conter avanço da 'grilagem digital'



Após a reportagem do Estadão mostrar como o Cadastro Ambiental Rural (CAR) é usado para grilagem de terras na Amazônia, o Ministério do Meio Ambiente anunciou que, desde o início do atual governo, vem colocando “travas” no sistema para impedir que ele seja usado para roubo de terras indígenas e da União.

Com a troca de gestão, uma espécie de “malha fina” da pasta por meio do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) identificou as fazendas registradas dentro de terras indígenas, como aquelas mostradas pela reportagem, e alterou os respectivos cadastros para “pendentes”.

Os responsáveis pelos

imóveis foram notificados para ajustes e esclarecimentos. Caso não sejam corrigidos no sistema, os cadastros serão suspensos ou cancelados.

A pasta também informou que, nos primeiros dias de governo, o CAR foi reprogramado para impedir novos cadastros em áreas de comunidades tradicionais. Com isso, não é possível a inscrição de fazendas com flagrante sobreposição a terras indígenas.

Segundo o ministério, nenhuma nova instrução normativa foi baixada para que tais travas fossem impostas. A nova gestão apenas aplicou as regras que já existiam no papel desde o governo anterior, proibindo que áreas indígenas fossem formalizadas

no CAR como propriedades particulares.

Maior que o rio

Considerando todos os tipos de terras indígenas, inclusive as já homologadas, o governo detectou 17.887 imóveis irregulares. Eles tomam mais de 4,9 milhões de hectares reservados aos povos nativos. A soma dessas áreas griladas é maior que os Estados do Rio ou do Espírito Santo, por exemplo.

“Esses 17,8 mil imóveis são 0,26% dos 6,8 milhões de imóveis do Cadastro Ambiental Rural de todo o País. É um grupo pequeno de infratores no universo do CAR e nós pegamos esses”, disse o diretor-geral do SFB, responsável pelo CAR, Garo Joseph Batmanian.

Exame

Cúpula amazônica vai ocorrer em agosto, em Belém, e pode receber Macron

O governo brasileiro pretende sediar em Belém, na primeira quinzena de agosto, uma cúpula de presidentes dos países amazônicos.

São esperados todos os chefes de Estado de membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA): Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela — além do próprio Brasil.

O presidente da França, Emmanuel Macron, está sendo convidado para juntar-se à cúpula. A Guiana Francesa, além de abrigar parte da Amazônia, constitui a principal fronteira do país europeu

com qualquer outro território. A reunião presidencial deverá discutir temas comuns na área ambiental e de direitos humanos.

Com a Venezuela, por exemplo, o Brasil pretende tratar da situação do povo yanomami. Com Peru e Colômbia, do crime transfronteiriço, que ganhou visibilidade com os assassinatos do indigenista Bruno Pereira e do jornalista Dom Phillips.

A intenção é levar as conclusões da cúpula, com o estabelecimento de uma agenda comum, para a Assembleia-Geral das Nações Unidas, que ocorre em setembro, em Nova York.

CNN



Receptor acústico na Praia do Sueste vai monitorar tubarões em Fernando de Noronha



Os pesquisadores da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) instalaram um receptor acústico na Praia do Sueste, em Fernando de Noronha, para monitorar os tubarões na área. O equipamento tem a função de captar pulsos sonoros emitidos por transmissores acústicos que foram colocados em tubarões limão e tigre.

O trabalho tem a aprovação do Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio). O Sueste é a praia onde ocorreram dois incidentes considerados mais graves que envolveram tubarões e banhistas.

Em 2015, o turista Márcio de Castro foi atacado por um tubarão e perdeu um braço. Em janeiro de 2022, uma garota de oito anos foi mordida por um tubarão e perdeu

uma perna.

A UFRPE tem realizado estudo em Noronha desde 2016, quando os tubarões passaram a ser marcados e receberam transmissores acústicos para monitoramento.

O trabalho é coordenada pelo pesquisador Paulo Oliveira e conta com a participação da pesquisadora Daniele Viana, que detalhou o uso do equipamento.

“Nós usamos um sistema de telemetria acústica, composto por transmissores colocados nos tubarões e receptores que detectam os sinais enviados pelos transmissores. Com esse sistema conseguimos identificar a localização do animal marcado num raio de 700 metros”, informou Daniele Viana.

O estudo conta com 13 receptores em pontos da ilha. Os pesquisadores afirmaram

que dois receptores foram instalados anteriormente no Sueste, mas os equipamentos sumiram. Desde 2021 não havia informações desta área.

“Temos um intervalo grande sem dados do Sueste. Os dois últimos receptores colocados na área sumiram; foram retirados do local. Esses equipamentos estavam numa região baixa, visível. Possivelmente alguém foi lá e retirou esse material. Era uma área protegida, o equipamento não poderia ter sumido apenas por uma ação marinha”, declarou Daniele Viana.

O chefe do setor de pesquisa do ICMBio Noronha, Ricardo Araújo, afirmou que órgão vai fazer um acompanhamento rotineiro para evitar a perda do equipamento instalado no dia 29 de março no Sueste.

Clara Marinho/G1

Tecnologia

YouTube começa a dar mais destaque para podcasts em seus apps



O YouTube está adicionando uma guia dedicada para podcasts no menu das páginas dos canais. A novidade já está disponível nos apps para dispositivos móveis e deve chegar em breve ao site principal.

A nova aba é exibida entre as opções “Ao Vivo” e “Playlists”. Ao acessar a guia, os usuários encontrarão apenas vídeos ou listas marcadas como podcasts pelos criadores do canal.

A mudança facilitará a pesquisa por podcasts pelos usuários do YouTube. Por exemplo, não será necessário buscar pelo título do vídeo ou, caso os criadores sejam organizados, acessar manualmente uma playlist que or-

ganiza essa categoria de conteúdo.

Vale mencionar que os conteúdos marcados como podcasts também estarão disponíveis apenas em áudio no YouTube Music. Ainda em teste, a funcionalidade foi anunciada pela plataforma de música em fevereiro deste ano.

“Se a pessoa deseja ver um podcast, nós temos uma solução. Se a pessoa quer apenas ouvir um podcast, devemos oferecer uma ótima experiência também”, explicou Kai Chuck, gerente de podcasts do YouTube.

Foco nos criadores e usuários

A adição da aba Podcasts demonstra que o YouTube está disposto a disponibilizar

mais recursos para criadores desse formato de conteúdo. No entanto, a experiência no app principal deve continuar focada em vídeo em vez de áudio.

Por outro lado, o YouTube Music trabalha para oferecer mais ferramentas e funcionalidades para os podcasters. Embora os executivos não pensem em ter programas exclusivos, essa seria mais uma estratégia para competir com o grande rival Spotify.

“Nosso foco está nos criadores, então, desde que eles considerem algo bem-sucedido e útil, isso é sucesso para nós. Estamos apenas focados nos usuários e no ecossistema do YouTube e em trazer podcasts para esse grupo”, explicou Kai Chuck. Lupa C./TecMundo

Android: apps agora terão opção para excluir conta e dados

O Google anunciou nesta quarta-feira (5) uma nova medida de segurança e privacidade para o Android. A novidade dará aos usuários maior controle sobre os próprios dados em aplicativos que não serão mais usados no aparelho.

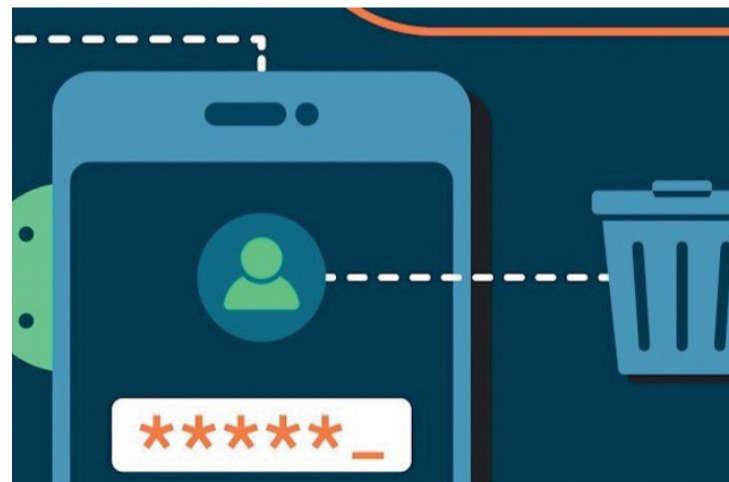
A partir de abril de 2024, desenvolvedores de aplicativos que integram a Google Play Store e exigem a criação de uma conta serão obrigados a fornecer uma opção para que você solicite a remoção de seus dados da base daquele serviço — tanto informações disponíveis online quanto aquelas armazenadas na própria plataforma.

Dessa forma, será possível pedir o apagamento a

partir de um formulário intuitivo e oficial. Além disso, você poderá escolher se quer o sumiço completo dos dados ou apenas algum tipo de histórico.

O passo a passo será fornecido dentro da página de cada aplicativo na Google Play Store.

Desenvolvedores terão até o dia 7 de dezembro de 2023 para responder a um questionário sobre o tema enviado pela Google, com informações sobre a coleta de dados e eventuais sugestões. No começo do ano que vem, as mudanças já começam a aparecer na página dos apps na loja digital e, após 31 de março de 2024, a mudança torna-se oficial. Nilton Kleina/TecMundo



Nova inteligência artificial dá respostas com base em artigos científicos



Uma nova ferramenta de pesquisa baseada em IA — o Consensus — é um mecanismo de busca que dá respostas baseado apenas em informações de pesquisas científicas revisadas por pares, de forma simplificada, como se fosse uma consulta ao Google. A IA avalia o conhecimento científico sobre a questão apresentada e filtra os resultados.

Funcionando totalmente sem anúncios, o app encontra-se em versão beta e foi desenvolvido, segundo o site, “por especialistas em aprendizado de máquina, ciência e tecnologia de algumas das instituições mais inovadoras do mundo”. Os desenvolvedores explicam que treinaram seu modelo de IA “em dezes-

nas de milhares de artigos que foram anotados por PhDs”.

Isso garante não só que os usuários do Consensus recebam respostas baseadas em fontes científicas verificadas, mas também tenham acesso a uma completa bibliografia que indica quando os artigos foram publicados, seus autores e em qual periódico. Além disso, cada resultado traz uma espécie de resumo do artigo relacionado à pergunta original do usuário.

Como usar a IA Consensus?

Para usar o Consensus, basta que o usuário se registre na página da ferramenta e faça o login antes de usar o serviço. Feito isso, você insere sua pergunta na página inicial e obtém instantaneamente uma lista de artigos

publicados que abordam o tópico buscado, ou pelo menos um resultado mais aproximado possível.

A ideia do Consensus é superar o que é considerada hoje uma das fraquezas dos mecanismos de consulta, mesmo aqueles com base em IA: eles fazem buscas tanto em material publicado pelos maiores especialistas da área quando em pesquisas de iniciação científica. No entanto, ambos os resultados são apresentados de forma igualmente convincente.

Nesse sentido, o Consensus garante levar os leitores diretamente aos artigos de pesquisa mais relevantes sobre o tópico pesquisado.

Jorge Marin/TecMundo



Edição impressa produzida pelo Jonal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As integridades dessas publicações encontram-se disponíveis no site:
https://datamercantil.com.br/publicidade_legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Publicidade Legal

Vereda Educação S.A.

CNPJ/MF nº 26.193.756/0001-98 - NIRE 35.230.138.852

Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em reais)			
Balço Patrimonial		Demonstração do Resultado	
	2022	2021	
Ativo			
Circulante	9.649.727	11.158.550	
Caixa e equivalentes de caixa	2.907.036	3.448.594	
Clientes	566.571	455.249	
Adiantamento a fornecedores	52.286	782.146	
Tributos a compensar	168.136	121.317	
Outros créditos	28.790	32.303	
Aluguéis antecipados	5.313.437	5.580.713	
Despesas pagas antecipadamente	613.471	738.229	
Não circulante	48.893.348	58.976.442	
Depósito judicial	1.410.334	1.307.124	
Aluguéis a apropriar	29.002.726	34.035.047	
Imobilizado	17.263.626	22.417.609	
Intangível	1.216.662	1.216.662	
Total do ativo	58.543.075	70.134.993	
Passivo			
Circulante	10.916.519	6.714.799	
Obrigações trabalhistas	1.566.836	885.943	
Obrigações tributárias	279.481	311.656	
Emprestimos a Pagar	-	217.477	
Fornecedores a pagar	1.013.105	2.316.773	
Contas a pagar	8.057.097	1.839.586	
Adiantamento de clientes	-	510.767	
Férias e encargos a pagar	-	632.597	
Não circulante	42.680.932	40.359.109	
Débitos com partes relacionadas	13.644.571	1.015.185	
Outros contas a pagar	29.036.361	39.343.924	
Patrimônio Líquido	4.945.624	23.061.085	
Capital social	116.844.034	116.844.034	
Capital social a integralizar	(1.210.274)	(6.379.314)	
Reserva de capital	4.197.915	4.197.915	
Lucro e/ou prejuízos acumulados	(114.886.051)	(91.601.550)	
Total do passivo	58.543.075	70.134.993	
Demonstrações dos fluxos de caixa	2022	2021	
Fluxo de caixa originados de: Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Resultado do exercício/ período	(22.579.557)	(28.380.707)	
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	5.235.653	5.233.445	
Ajustes de exercícios anteriores	(704.944)	(21.475)	
Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa	819.494	580.242	
Redução variações nos ativos e passivos			
(-) Aumento / redução em contas a receber	(849.473)	181.920	
(-) Aumento / redução adiantamento a fornecedores	648.517	76.613	
(-) Aumento / redução adiantamento a empregados	3.514	3.467	
(-) Aumento / redução tributos a recuperar	(46.820)	(4.559)	
(-) Aumento / redução aluguéis antecipados	5.424.355	(5.580.713)	
(-) Aumento / redução outros créditos	-	9.899.996	
Aumento / (-) redução despesas de meses seguintes	-	96.763	
Aumento / (-) redução depósito judicial	(103.210)	(22.833)	
Aumento / (-) redução em fornecedores	(1.303.668)	1.244.942	
Aumento/(redução) em obrigações tributárias	(32.175)	(26.100)	
Aumento / (-) redução em contas a pagar	(5.527.031)	(3.661.133)	
Aumento / (-) redução em adiantamento de clientes	926.211	(964.955)	
Aumento / (-) redução em pessoas, encargos e provisões	48.296	(177.872)	
Aumento/(redução) em obrigações trabalhistas	-	566.350	
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades operacionais:	(18.040.837)	(20.956.608)	
Fluxos de caixa das atividades de investimentos			
Compras de imobilizado	(81.670)	(150.266)	
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos:	(81.670)	(150.266)	
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Integralização de capital	52.000.000	-	
Débitos com partes relacionadas	(34.201.573)	17.970.996	
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de financiamentos:	17.580.949	18.188.473	
(+) Aumento/(-) redução nas disponibilidades	(541.558)	(2.918.402)	
No início do período	3.448.594	6.366.995	
No final do período	2.907.036	3.448.594	
Diretoria:	Arthur Prandato Buzatto - Diretor Presidente	Ivo Pereira de Freitas Filho - Contador - TC CRC nº SP245569/O	

Moinho Água Branca S.A.

CNPJ/MF nº 61.157.723/0001-93 - NIRE 35.300.041.330

Edital de Convocação

Ficam convidados os Senhores Acionistas para participarem da Assembleia Geral Ordinária que se realizará no dia 17/04/2023, às 11:00 horas, na sede da Companhia, na Av. Miguel Frias e Vasconcelos, nº 833, sala A, em São Paulo, Capital do Estado de São Paulo, a fim de tratarem da seguinte Ordem do Dia: (i) tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro do exercício; (iii) eleger os Diretores para o biênio de 2023/2025; e, (iv) fixar suas remunerações para o período compreendido entre o dia 18/04/2023 e a data da realização da Assembleia Geral Ordinária de 2024. São Paulo, 03/04/2023.
Ivan Soldan Salema - Diretor. (05, 06 e 07/04/2023)

C&A Modas S.A.

CNPJ/ME nº 45.242.914/0001-05
NIRE nº 3530054276-2

Aviso de Extravio de Livros Societários

A C&A Modas S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.242.914/0001-05, com sede na Alameda Araguaia, nº 1.222/1.022, Alphaville Centro Industrial e Empresarial, Barueri/SP, CEP: 06455-000 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 3530054276-2, comunica à praça e ao mercado em geral para diversos fins, o extravio do seu Livro 6: Registro de utilização de documentos fiscais e termos de ocorrência - Data do Extravio: 04/01/2023.

C&A Modas S.A.

CNPJ/ME nº 45.242.914/0379-55
NIRE nº 3590542841-1

Aviso de Extravio de Livros Societários

A C&A Modas S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 45.242.914/0379-55, estabelecida na Avenida Arterial Sul, nº 451, Blocos C7 e C8, Parque Ipê, São Paulo/SP, CEP: 05.571-010 e com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 3590542841-1, comunica à praça e ao mercado em geral para diversos fins, o extravio do seu Livro 6: Registro de utilização de documentos fiscais e termos de ocorrência - Data do Extravio: 04/01/2023.

Dierberger Agrícola S.A.

CNPJ 51.462.349/0001-86 - NIRE 3530006269-8

Assembleia Geral Ordinária - Convocação

São convocados os senhores acionistas desta Companhia para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, que se realizará no dia 14 de abril de 2023, às 10h00, na Av. Industrial Dr. José Erineu Ortigosa, nº 827, sala A, Distrito Industrial, CEP 17347-614, Barra Bonita, Estado de São Paulo, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos da Ordem do Dia: **a)** Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, Balço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados e demais peças contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2021 e 31/12/2022; **b)** Outros assuntos de interesse da sociedade, pertinentes à matéria. Achar-se-á à disposição dos senhores acionistas, no endereço acima, os documentos da Administração. Barra Bonita, 06 de abril de 2023. **João Andreas Dierberger, Diretor Presidente.** (06, 07 e 11/04/23)

CSP Esplendor Energia Ltda.

CNPJ/MF nº 41.367.102/0001-27 - NIRE 35.232.532.035

Ata de Reunião de Sócios realizada em 04 de abril de 2023

I. **Data, Horário e Local:** 04 de abril de 2023, às 10 horas, na sede social da sociedade empresária limitada **CSP Esplendor Energia Ltda.** ("Sociedade"), localizada na cidade de Cardoso, estado de São Paulo, na Via Acesso à Rodovia Cardoso a Riolândia 1 KM, S/N, Bairro: Zona Rural, CEP 15.570-000. **II. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da única sócia representando 100% (cem por cento) do capital social da Sociedade, de acordo com o disposto no artigo 1072, parágrafo 2º da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"). **III. Mesa:** Presidente: Sr. Hudson de Souza e Silva; Secretário: Sr. Gustavo Bacellar de Faria. **IV. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, no montante de R\$ 2.350.000,00 (dois milhões e trezentos e cinquenta mil reais), por ser excessivo em relação ao objeto da Sociedade. **V. Deliberações:** Tendo em vista que o capital social atribuído pela única sócia à Sociedade demonstrou ser excessivo em relação ao objeto explorado, a única sócia aprova: **(a)** a redução do capital social da Sociedade no valor de R\$ 2.350.000,00 (dois milhões e trezentos e cinquenta mil reais), sendo a quantia restituída à sócia **GD - Geração Distribuída Participações S.A.**, à vista ou em parcelas. Por consequência, o capital passará dos atuais R\$ 24.021.306,00 (vinte e quatro milhões, vinte e um mil, trezentos e seis reais) para R\$ 21.671.306,00 (vinte e um milhões, seiscentos e setenta e sete mil, trezentos e seis reais), dividido em 21.671.306 (vinte e um milhões, seiscentos e setenta e sete mil, trezentos e seis) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada; e **(b)** a prática de todos os atos necessários por parte da administração da Sociedade a fim de que a aprovação da sócia seja totalmente implementada nos exatos termos acima delineados. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente reunião de sócios, da qual se lavrou esta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Cardoso (SP), 04 de abril de 2023. **Mesa: Hudson de Souza e Silva - Presidente; Gustavo Bacellar de Faria - Secretário. Sócia presente: GD - Geração Distribuída Participações S.A.** Por: Gustavo Bacellar de Faria, Cargo: Diretor; Por: Hudson de Souza e Silva, Cargo: Diretor.

Pensalab Equipamentos Industriais S.A.

CNPJ nº 01.382.559/0001-96

Demonstrações Financeiras referente ao exercício de 31/12/2022 e 2021 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Balços Patrimoniais		Demonstrações de Resultado	
	2022	2021	
Ativo			
Circulante	66.940	57.385	
Caixa e equivalentes de caixa	7.890	5.843	
Clientes a receber	29.345	27.860	
Estoque	24.093	19.079	
Impostos a recuperar	3.975	2.258	
Adiantamento a fornecedores	758	1.679	
Outros créditos	879	668	
Não circulante	7.004	2.008	
Imobilizado	1.709	880	
Intangível	1.249	1.128	
Direito de uso	4.046	-	
Total do ativo	73.944	59.393	
Passivo			
Circulante	21.471	15.578	
Fornecedores	4.225	4.047	
Obrigações sociais e trabalhistas	592	2.073	
Obrigações tributárias	1.813	3.251	
Adiantamento de clientes	3.697	3.935	
Passivo de arrendamento	895	-	
Outros débitos	10.248	2.273	
Não circulante	3.208	-	
Passivo de arrendamento	3.208	-	
Patrimônio líquido	49.265	43.815	
Capital social	2.000	2.000	
Reserva legal	400	122	
Reserva de lucros	46.865	41.692	
Total do passivo	73.944	59.393	
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido			
	Capital Social	Reserva Legal	Reserva de Lucro
Saldos em 31/12/2020	2.000	122	26.226
Lucro líquido do exercício	-	-	18.466
Distribuição de dividendos	-	-	(3.000)
Constituição de reserva de lucros	-	-	15.466
Saldos em 31/12/2021	2.000	122	41.692
Lucro líquido do exercício	-	-	12.451
Constituição de reserva legal	-	278	(278)
Distribuição de dividendos	-	-	(7.000)
Constituição de reserva de lucros	-	-	5.173
Saldos em 31/12/2022	2.000	400	46.865
Demonstração do Fluxo de Caixa	2022	2021	
Fluxos de caixa das ativ. operac.			
Lucro líquido do exercício	12.451	18.466	
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	300	160	
Depreciação do direito de uso	247	-	
Perda de crédito esperada para contas a receber	106	-	
Variações nos ativos e passivos			
Contas a receber	(1.591)	(17.784)	
Estoque	(5.014)	(7.484)	
Tributos a recuperar	(1.717)	(1.831)	
Caixa gerado nas operações	10.487	3.102	
Passivo de arrendamento	3.977	-	
Pag. de juros sobre arrend.	126	-	
Fluxo de caixa líquido prove-niente das ativ. operac.	14.590	3.102	
Fluxo de caixa de atividades de investimento			
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	(5.543)	(1.695)	
Baixa do imobilizado	-	50	
Fluxo de caixa líquido usado nas atividades de invest.	(5.543)	(1.645)	
Fluxo de caixa de atividades de financiamento			
Dividendos pagos	(7.000)	(3.000)	
Fluxo de caixa líq. (usado nas) prov. das ativ. de financ.	(7.000)	(3.000)	
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	2.047	(1.543)	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.843	7.386	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	7.890	5.843	
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	2.047	(1.543)	
As demonstrações financeiras completas contendo as notas explicativas encontram-se disponíveis na sede da companhia.			
Bruna Carolina Rodrigues de Almeida Kurtinaitis - Diretora Presidente; HLB Brasil Pryor Consulting Solutios Ltda. - CRC/PR 009953/F-8; Fernando Quintanilha Batista - Contador - CRC/PR 073940/O-0			

Guaraci Energia Ltda.

CNPJ/MF nº 41.386.717/0001-09 - NIRE 35.232.532.159

Ata de Reunião de Sócios realizada em 04 de abril de 2023

I. **Data, Horário e Local:** 04 de abril de 2023, às 10 horas, na sede social da sociedade empresária limitada **Guaraci Energia Ltda.** ("Sociedade"), localizada na cidade de Jundiá, estado de São Paulo, na Rua Anchieta, 204, Sala 102-M, Bairro Vila Boaventura, CEP 13201-804. **II. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da única sócia representando 100% (cem por cento) do capital social da Sociedade, de acordo com o disposto no artigo 1072, parágrafo 2º da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"). **III. Mesa:** Presidente: Sr. Hudson de Souza e Silva; Secretário: Sr. Gustavo Bacellar de Faria. **IV. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, no montante de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), por ser excessivo em relação ao objeto da Sociedade. **V. Deliberações:** Tendo em vista que o capital social atribuído pela única sócia à Sociedade demonstrou ser excessivo em relação ao objeto explorado, a única sócia aprova: **(a)** a redução do capital social da sociedade no valor de R\$ 3.500.000,00 (três milhões e quinhentos mil reais), sendo a quantia restituída à sócia **GDPAR SQ Participações em Projetos Solares S.A.**, à vista ou em parcelas. Por consequência, o capital passará dos atuais R\$ 16.465.914,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e sessenta e cinco mil e novecentos e quatorze reais) para R\$ 12.965.914,00 (doze milhões, novecentos e sessenta e cinco mil e novecentos e quatorze reais), dividido em 12.965.914 (doze milhões, novecentos e sessenta e cinco mil e novecentos e quatorze) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada; e **(b)** a prática de todos os atos necessários por parte da administração da Sociedade a fim de que a aprovação da sócia seja totalmente implementada nos exatos termos acima delineados. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião de sócios, da qual se lavrou esta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. Jundiá (SP), 04 de abril de 2023. **Mesa: Hudson de Souza e Silva - Presidente; Gustavo Bacellar de Faria - Secretário. Sócia única: GDPAR SQ Participações em Projetos Solares S.A.** Por: Gustavo Bacellar de Faria, Cargo: Diretor; Por: Hudson de Souza e Silva, Cargo: Diretor.

UFV GDPAR SP3 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.

CNPJ/MF nº 43.966.139/0001-05 - NIRE 35.237.990.058

Ata de Reunião de Sócios realizada em 04 de abril de 2023

I. **Data, Horário e Local:** 04 de abril de 2023, às 10 horas, na sede social da sociedade empresária limitada **UFV GDPAR SP3 Equipamentos Fotovoltaicos Ltda.** ("Sociedade"), localizada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Iguatemi, 192, 13º andar, conjunto 133, Sala 4, Itaim Bibi, CEP 01451-010. **II. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação tendo em vista a presença da única sócia representando 100% (cem por cento) do capital social da Sociedade, de acordo com o disposto no artigo 1072, parágrafo 2º da Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002 ("Código Civil"). **III. Mesa:** Presidente: Sr. Hudson de Souza e Silva; Secretário: Sr. Gustavo Bacellar de Faria. **IV. Ordem do Dia:** Apreciar e deliberar sobre a redução do capital social da Sociedade, no montante de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), por ser excessivo em relação ao objeto da Sociedade. **V. Deliberações:** Tendo em vista que o capital social atribuído pela única sócia à Sociedade demonstrou ser excessivo em relação ao objeto explorado, a única sócia aprova: **(a)** a redução do capital social da sociedade no valor de R\$ 1.700.000,00 (um milhão e setecentos mil reais), sendo a quantia restituída à sócia **GDPAR SQ Participações em Projetos Solares S.A.**, à vista ou em parcelas. Por consequência, o capital passará dos atuais R\$ 14.709.051,00 (quatorze milhões, setecentos e nove mil e cinquenta e um reais) para R\$ 13.009.051,00 (treze milhões, nove mil e cinquenta e um reais), dividido em 13.009.051 (treze milhões, nove mil e cinquenta e uma) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada; e **(b)** a prática de todos os atos necessários por parte da administração da Sociedade a fim de que a aprovação da sócia seja totalmente implementada nos exatos termos acima delineados. **VI. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião de sócios, da qual se lavrou esta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. São Paulo (SP), 04 de abril de 2023. **Mesa: Hudson de Souza e Silva - Presidente; Gustavo Bacellar de Faria - Secretário. Sócia presente: GDPAR SQ Participações em Projetos Solares S.A.** Por: Gustavo Bacellar de Faria Cargo: Diretor Por: Hudson de Souza e Silva Cargo: Diretor

Publicidade Legal

... continuação

do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. e.4) **Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor:** A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não tenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. f) **Provisões:** Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor do dinheiro no tempo é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. g) **Ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras ou sujeitos à atualização monetária:** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor na data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício, exceto quando se referirem a resultados abrangentes que são registrados diretamente no patrimônio líquido. h) **Tributos:** A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. h.1) **Tributos correntes:** A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. h.2) **Tributos diferidos:** O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor do que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade e do montante a ser registrado de ativo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado na data do balanço e reduzido quando não for mais provável que haja lucro tributável disponível para permitir que todo o ativo, ou parte dele, seja recuperado. h.3) **Tributos sobre as vendas:** Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. i) **Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i.1) **Ativos financeiros:** Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. i) **Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida)** A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado estão divulgados na Nota 26. i) **Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado, quando ocorridos, como receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros da Companhia mensurados ao valor justo estão divulgados na Nota 26. i.2) **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão divulgados na Nota 26. i.3) **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. j) **Subvencões governamentais:** Subvencões governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. k) **Reconhecimento de receita:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflete a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui que é o principal em seus contratos de receita porque controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. k.1) **Vendas de produtos:** O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os implementos rodoviários tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. k.2) **Prestação de serviços:** A receita referente à prestação de serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais, conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas. k.3) **Componente de financiamento significativo:** Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência do bem ou serviço prometido para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos. l) **Auração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. m) **Capital social – Ações ordinárias:** São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. n) **Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade ponderada de ações do capital social no exercício. 2.4.

Facchini Participações S.A.

Bases de consolidação e investimento em controlada: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada Facchini S.A., ambas em 31 de dezembro de 2021. A sociedade controlada está descrita na Nota Explicativa nº 12. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras da controlada é reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis aquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de sua controlada, a seguir relacionada, e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas. 3. **Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas – Julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: **Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária)** A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui alguns contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão, sendo aplicado julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de beneficiários ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de imóveis com períodos não canceláveis mais longos (os quais são de 5 a 10 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de máquinas não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Além disso, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. **Estimativas e premissas:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. **Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:** A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia (como o rating de crédito). **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:** A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor, levando em consideração os benefícios fiscais, conforme mencionados na Nota 2. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro. **Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato:** A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato com clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso e indicadores externos para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outros). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. 4. **Normas, alterações e interpretações de normas – a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2022:** Alterações no CPC 37 (R1), CPC 48, CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1) As alterações aos pronunciamentos acima são em decorrência das alterações anuais relativas ao ciclo de melhorias entre 2018 e 2020, tais como: • Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato; • Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido; e • Referências à Estrutura conceitual. A vigência dessas alterações deve ser estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que, para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar essas alterações nos períodos anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022. **Contrato Oneroso – custos de cumprimento de contrato:** Um contrato oneroso é um contrato sob o qual os custos inevitáveis de cumprir as obrigações decorrentes do contrato (ou seja, os custos que a Empresa não pode evitar porque possui o contrato) excedem os benefícios econômicos esperados a serem recebidos. As alterações especificam que, ao avaliar se um contrato é oneroso ou gerador de perdas, a entidade precisa incluir custos que se relacionam diretamente com um contrato de fornecimento de bens ou serviços, incluindo custos incrementais (por exemplo, os custos de mão de obra direta e materiais) e um alocado de custos diretamente relacionados às atividades do contrato (por exemplo, depreciação de equipamentos usados para cumprir o contrato e custos de gerenciamento e supervisão do

contrato). Os custos gerais e administrativos não estão diretamente relacionados a um contrato e são excluídos, a menos que sejam explicitamente cobrados da contraparte nos termos do contrato. Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, uma vez que não foi identificado contratos onerosos. **Ativo imobilizado – vendas antes do uso pretendido:** A alteração proíbe as entidades de deduzirem do custo de um item imobilizado quaisquer produtos de vendas de itens produzidos ao trazer esse ativo para o local e condições necessários para que ele seja capaz de operar da maneira pretendida pela administração. Em vez disso, uma entidade reconhece os produtos de vender os itens, e os custos de produzir os itens, na demonstração do resultado. De acordo com as regras de transição, a Companhia aplica as alterações retrospectivamente apenas aos itens de imobilizado disponível para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado quando a entidade aplica a alteração pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia já que não houve vendas de tais itens produzidos por ativo imobilizado disponibilizado para uso ou depois do início do período mais antigo apresentado. **Referências à Estrutura conceitual:** As alterações substituem uma referência a uma versão anterior da Estrutura Conceitual do IASB por uma referência à versão atual emitida em março de 2018 sem alterar significativamente seus requisitos. As alterações adicionam uma exceção ao princípio de reconhecimento da IFRS 3 Business Combinations (equivalente ao CPC 15 (R1) – Combinação de negócios) para evitar a emissão de potenciais ganhos ou perdas do 'dia 2' decorrentes de passivos e passivos contingentes que estariam dentro do escopo da IAS 37 Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets (equivalente ao CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes) ou IFRIC 21 Levies, se incorridas separadamente. A exceção exige que as entidades apliquem os critérios da IAS 37 ou IFRIC 21, respectivamente, em vez da Estrutura Conceitual, para determinar se existe uma obrigação presente na data de aquisição. As alterações também adicionam um novo parágrafo à IFRS 3 para esclarecer que os ativos contingentes não se qualificam para reconhecimento na data de aquisição. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica as alterações prospectivamente, ou seja, para combinações de negócios que ocorram após o início do período de relatório anual em que aplica as alterações pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não existiam ativos, passivos ou passivos contingentes no âmbito dessas alterações que surgiram durante o período. **IFRS 9 Financial Instruments – Taxas no teste de '10 por cento' para baixa de passivos: financeiros (equivalente ao CPC 48 – Instrumentos Financeiros)** A alteração esclarece as taxas que uma entidade inclui ao avaliar se os termos de um passivo financeiro novo ou modificado são substancialmente diferentes dos termos do passivo financeiro original. Essas taxas incluem apenas aquelas pagas ou recebidas entre o mutuário e o credor, incluindo as taxas pagas ou recebidas pelo mutuário ou pelo credor em nome do outro. De acordo com as disposições transitórias, a Companhia aplica a emenda aos passivos financeiros que são modificados ou trocados no ou após o início do período de relatório anual em que a entidade aplica a emenda pela primeira vez (a data da aplicação inicial). Essas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras, pois não houve modificações nos instrumentos financeiros durante o período. **IAS 41 Agriculture – Tributação em mensuração a valor justo (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola)** A alteração remove a exigência do parágrafo 22 da IAS 41 de que as entidades excluam os fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo dos ativos dentro do escopo da IAS 41 (equivalente ao CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola). Estas alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia uma vez que não possuía ativos no âmbito da IAS 41 ou CPC 29 à data de relato. b) **Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2022:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **IFRS 17 – Contratos de seguro:** Em maio de 2017, o IASB emitiu a IFRS 17 – Contratos de Seguro (CPC 50 – Contratos de Seguro que substituiu o CPC 11 – Contratos de Seguro), uma nova norma contábil abrangente para contratos de seguro que inclui reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. Ao entrar em vigor, a IFRS 17 (CPC 50) substituiu a IFRS 4 – Contratos de Seguro (CPC 11) emitida em 2005. A IFRS 17 aplica-se a todos os tipos de contrato de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidade que os emitem, bem como determinadas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária. Aplicam-se algumas exceções de escopo. O objetivo geral da IFRS 17 é fornecer um modelo contábil para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para as seguradoras. Em contraste com os requisitos da IFRS 4, os quais são amplamente baseados em políticas contábeis locais vigentes em períodos anteriores, a IFRS 17 fornece um modelo abrangente para contratos de seguro, contemplando todos os aspectos contábeis relevantes. O foco da IFRS 17 é o modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (abordagem de taxa variável); e • Uma abordagem simplificada (abordagem de alocação de prêmio) principalmente para contratos de curta duração. A IFRS 17 e CPC 50 vigoram para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, sendo necessária a apresentação de valores comparativos. A adoção antecipada é permitida se a entidade adotar também a IFRS 9 e a IFRS 15 na mesma data ou antes da adoção inicial da IFRS 17. Essa norma não se aplica a Companhia. **Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante:** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que significa um direito de postergar a liquidação; • Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório; • Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação; e • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação. As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação. **Alterações ao IAS 8: Definição de estimativas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 8 (norma correlata ao CPC 23), no qual introduziu a definição de 'estimativa contábil'. As alterações esclarecem a distinção entre mudanças nas estimativas contábeis e mudanças nas políticas contábeis e correção de erros. Além disso, eles esclarecem como as entidades usam as técnicas de medição e inputs para desenvolver as estimativas contábeis. As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 e aplicarão para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período. Adoção antecipada é permitida se divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: Divulgação de políticas contábeis:** Em fevereiro de 2021, o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (norma correlata ao CPC 26 (R1)) e IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements, no qual fornece guias e exemplos para ajudar entidades a aplicar o julgamento da materialidade para a divulgação de políticas contábeis. As alterações são para ajudar as entidades a divulgarem políticas contábeis que são mais úteis ao substituir o requerimento para divulgação de políticas contábeis significativas para políticas contábeis materiais e adicionando guias para como as entidades devem aplicar o conceito de materialidade para tomar decisões sobre a divulgação das políticas contábeis. As alterações ao IAS 1 são aplicáveis para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 com adoção antecipada permitida. Já que as alterações ao Practice Statement 2 fornece guias não obrigatórios na aplicação da definição de material para a informação das políticas contábeis, uma data para adoção desta alteração não é necessária. A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. **Alterações ao IAS 12: Tributos Diferidos relacionados a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação:** Em maio de 2021, o Conselho divulgou alterações ao IAS 12, que restringem o escopo da exceção de reconhecimento inicial sob o IAS 12, de modo que não se aplica mais a transações que dão origem a diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais. As alterações devem ser aplicadas a transações que ocorram nos períodos anuais com início em, ou após o mais antigo período comparativo apresentado. Além disso, no início do mais antigo período comparativo apresentado, um imposto diferido ativo (desde que haja um lucro tributável suficiente disponível) e um imposto diferido passivo também devem ser reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis e tributáveis associadas a arrendamentos e obrigações de desmantelamento. A Companhia está atualmente avaliando o impacto dessas alterações.

Rubens Facchini – Diretor-Presidente **Euclides Facchini Filho – Diretor Superintendente** **Ailton Izaías – Contador CRC ISP 126.674/0-8**

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Facchini Participações S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Facchini Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Facchini Participações S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de

demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas

intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.
Campinas, 29 de março de 2023.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 034.519/0-6

Alexandre Ferrino Alvares
Contador
CRC ISP 211.793/0-5

Associação Assistencial de Saúde Suplementar Cruz Azul Saúde

(Operadora de Planos de Saúde – Registro ANS nº 411752 – CNPJ/MF nº 03.849.449/0001-17)

Edital de Convocação para Assembleia Geral

O Diretor Presidente da Associação Assistencial de Saúde Suplementar Cruz Azul Saúde, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 20, inciso II, do Estatuto da Entidade, convoca os associados, que estejam no pleno exercício de seus direitos, para a **Vigésima Oitava Assembleia Geral Ordinária**, a ser realizada no dia 19 de abril de 2023, às 09H00, no auditório do Hospital Cruz Azul, localizado na Avenida Lins de Vasconcelos, 356, Cambuci, São Paulo-SP. A primeira convocação dar-se-á às 09H00 da referida data, com a presença mínima de 1/3 (um terço) dos associados com direito a voto e, em segunda convocação, trinta minutos depois, com qualquer número, para tratar da seguinte ordem do dia: **Vigésima Oitava Assembleia Geral Ordinária:** 1. Leitura e aprovação da Ata da Vigésima Sétima Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27 de abril de 2022. 2. Apreciação e votação do Balanço e das Contas da Diretoria, bem como do Parecer do Conselho Fiscal, referentes ao exercício de 2022. 3. Eleição e posse da Diretoria e do Conselho Fiscal para o biênio 2023/2025. Foram designados para a Junta Eleitoral os seguintes Associados: Presidente – Cel PM João Izaias Boscatti, cadastro nº 0001.0001.066894; Membro – Cel PM Sergio Lopes, cadastro nº 0001.0001.005127; Membro – Cel PM Saint Clair da Rocha Coutinho Sobrinho, cadastro nº 0001.0001.005008. A inscrição de chapas concorrentes, integrando a Diretoria e o Conselho Fiscal, deverá ser realizada até 05 (cinco) dias úteis antes da data da votação, exclusivamente perante a Junta Eleitoral, na sede da Cruz Azul Saúde, localizada na Rua Albuquerque Maranhão, nº 72, Cambuci, São Paulo/SP. Para participar da eleição os candidatos devem preencher os seguintes requisitos: a) fazer parte do quadro associativo há mais de 01 (um) ano; b) estar em situação regular; e c) preencher os requisitos legais estabelecidos pelo órgão responsável pela regulamentação das operadoras de planos privados de assistência à saúde (ANS), especificamente os constantes da Resolução Normativa (RN) nº 520, de 29 de abril de 2022. Lembramos que somente tem direito a voto o Associado titular do contrato, e em situação regular quanto às suas obrigações associativas. São Paulo, 31 de março de 2023.
Paulo Henrique Fontoura Faria – Cel PM Diretor Presidente da Cruz Azul Saúde

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4866	Peso (Chile) - 0,006238
Dólar (EUA) - 5,0683	Peso (México) - 0,2784
Franco (Suíça) - 5,6078	Peso (Uruguai) - 0,131
Iene (Japão) - 0,0385	Yuan (China) - 0,7372
Libra (Inglaterra) - 6,3141	Rublo (Rússia) - 0,0621
Peso (Argentina) - 0,02399	Euro (Unidade Monetária Europeia) - 5,5397

Ação Comunitária do Brasil – Vocação

CNPJ/MF nº 61.750.246/0001-75

Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Convidamos os senhores **Conselheiros e Associados** da Ação Comunitária do Brasil – Vocação, para reunirem-se em **Assembleia Geral Ordinária**, no dia 25 de Abril de 2023, em primeira convocação às 17h30, na Pinheiro Neto Advogados, sito à Rua Hungria, 1.100 – Sala 1 – Jardim Europa – São Paulo, ou para aqueles que não puderem se fazer presente, no seguinte endereço eletrônico: <https://bit.ly/AssembleiaVocacao2023> para discussão da seguinte ordem do dia: • Apreciação do relatório de atividades e das contas do exercício de 2022; • Apreciação do orçamento anual para 2023; • Eleger ou destituir Conselheiros e dar posse aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e Fiscal. São Paulo, 10 de Abril de 2023.
Marcelo Meirelles de Lucca – Presidente Voluntário do Conselho de Administração.

Ação Comunitária do Brasil – Vocação

CNPJ/MF nº 61.750.246/0001-75

Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Convidamos os senhores **Conselheiros e Associados** da Ação Comunitária do Brasil – Vocação, para reunirem-se em **Assembleia Geral Extraordinária**, no dia 25 de Abril de 2023, às 18:30 horas, na Pinheiro Neto Advogados, sito à Rua Hungria, 1.100 – Sala 1 – Jardim Europa – São Paulo, ou para aqueles que não puderem se fazer presente, no seguinte endereço eletrônico: <https://bit.ly/AssembleiaVocacao2023>, para discussão da seguinte ordem do dia: Alteração do Estatuto Social e outros assuntos constantes na ordem do dia. São Paulo, 10 de Abril de 2023.
Marcelo Meirelles de Lucca – Presidente Voluntário do Conselho de Administração.

Ouro fecha em queda, com força do dólar e dúvidas sobre próximos passos do Fed

O contrato futuro mais líquido do ouro fechou em queda nesta quinta-feira, pressionado pela força do dólar após divulgação de dados de auxílio-desemprego acima do esperado. Ainda, dúvidas sobre o próximo passo do Federal Reserve (Fed, o banco central norte-americano) continuaram no radar.

Na Comex, divisão para metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro com entrega prevista para junho fechou em queda de 0,45%, a US\$ 2.026,40 por onça-troy. Na semana, entretanto, o ouro teve alta de

2,02%.

Segundo a DailyFX, o mercado do ouro parece “hesitante”, após o metal ter conseguido ultrapassar a marca de US\$ 2 mil por onça-troy, com a desconexão entre os dirigentes do Fed e os mercados financeiros criando a necessidade de mais orientação. Por volta das 14h30, fermenta do CME Group indicava 50,6% de chance de uma manutenção dos juros na faixa atual na próxima decisão monetária do BC americano, ante 49,4% de possibilidade de alta de 25 pontos-base (pb).

Isto é Dinheiro

Itochu Brasil S.A.

CNPJ/MF nº 61.274.155/0001-00 – NIRE 35.300.014.723

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de março de 2023

Data e Local: Em 29/03/2023, às 10:00 horas, em sua sede social. **Presença:** Representantes da totalidade do Capital Social, dispensada a Convocação. **Mesa:** Presidente: Hiroshi Akiba; Secretário: Katsuhiko Kimura. **Ordem do Dia:** 01) Exame, discussão e aprovação do Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31/12/2022; 02) Destinação do lucro líquido do exercício; 03) Fixação da remuneração da Diretoria; 04) Outros assuntos de interesse da sociedade. **Deliberações tomadas por unanimidade:** 01) O Relatório da Diretoria, Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; 02) A destinação do lucro líquido, no montante de R\$ 18.866.307,82, esse saldo permanecerá à disposição na conta de Reserva de retenção de lucros para futuras deliberações; 03) A fixação da remuneração da Diretoria no montante anual e global de até R\$ 50.000.000,00; 04) Não foram tratados outros assuntos. **Encerramento:** Nada mais a tratar, foi lavrada esta Ata. São Paulo, 29/03/2023. Hiroshi Akiba – Presidente da Mesa; Katsuhiko Kimura – Secretário da Mesa. **Acionistas:** Itochu Corporation, Pp. Hiroshi Akiba; Itochu Latin America S.A., Pp. Hiroshi Akiba. JUCESP – Registrado sob o nº 133.436/23-8 em 03/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

J&J Administradora de Bens Ltda.

CNPJ/ME nº 33.369.443/0001-03 – NIRE 35.235.501.912

Ata de Reunião de Sócios

Data: 02/01/23. **Local:** Monte Azul Paulista/SP. **Presença:** Presente o sócio-administrador representando a totalidade do capital social. **Convocação e publicação:** Dispensada. **Mesa:** Presidente: José Roberto Ambrósio Junior; Secretária: Janaina Gamboni de Souza Ambrósio. **Deliberações aprovadas:** I. Conforme o Instrumento Particular de Contrato Social de Constituição da Sociedade em 15/02/19 e registrado pela JUCESP/NIRE 35.235.501.912 em 16/04/19, restou integralizado, por um equívoco, um imóvel do qual não pertenciam aos sócios no momento de sua integralização, de forma que o sócio administrador decide desintegram o capital social da sociedade, o seguinte bem imóvel: Imóvel localizado na Rua Alberto Pellegrino, nº 233, Lote 178, Bairro Parati II, na cidade de Bebedouro/SP, CEP 14709-080, descrito e caracterizado no Registro de Imóveis da Comarca de Bebedouro sob a matrícula 18.589, com inscrição municipal nº 151.139.178-00. **Valor de Integralização: R\$ 25.000,00, divididas em 25.000 quotas com valor unitário de R\$ 1,00 cada uma.** II. Ato contínuo, o capital social de R\$ 255.000,00, divididas em 255.000 quotas, com valor de R\$ 1,00 cada uma, passa a totalizar **R\$ 230.000,00, divididas em 230.000 quotas, com valor de R\$ 1,00 cada uma**, totalmente subscritas e integralizadas, devendo tal alteração ser objeto de manifestação de eventuais credores quirografários no prazo de 90 dias, em conformidade com as disposições legais para formalização e eficácia deste ato. III. Com a redução do capital social acima, a cláusula quinta do contrato social passa a vigorar com a seguinte redação: **Do capital social. Cláusula 5ª – O capital social totalmente subscrito e integralizado pelo sócio José Roberto Ambrósio Junior é de R\$ 230.000,00, representados por 230.000 quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada, pelos seguintes bens imóveis:** a) 100% do imóvel sito à Rua Pedro Sanchez Legal, Loteamento denominado Residencial Moria, Lote 22, Quadra 06, com frente para a Rua Projetada C, descrito e caracterizado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bebedouro sob o nº 32930, com inscrição municipal sob o nº 179.141.132-00. **Valor de integralização: R\$25.000,00;** b) 100% do imóvel sito à Rua Pedro Sanchez Legal, Residencial Moria, Lote 23, quadra 06, descrito e caracterizado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bebedouro sob o nº 32931, com inscrição municipal sob o nº 179.141.142-00. **Valor de Integralização: R\$25.000,00;** c) 100% do imóvel sito à Rua Vasco Catalani, nº 443, Lote 25, Quadra N2 01, Bebedouro/SP, descrito e caracterizado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Bebedouro sob o nº 28140, com inscrição municipal sob o nº 087.122.306-00. **Valor da Integralização: R\$150.000,00;** e, d) 100% do imóvel sito à Rua Francisco Eriv. De Andrade, nº 491, Quadra 4, Lote 24, Bebedouro/SP, descrito e caracterizado no Registro de Imóveis da Comarca de Bebedouro sob o nº 24225, com inscrição municipal sob o nº 084.123.297-00. **Valor da Integralização: R\$30.000,00.** §1º O Capital Social poderá ser aumentado e diminuído, quantas vezes se fizerem necessárias. §2º A responsabilidade dos sócios é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social, nos termos do Artigo 1052 do Código Civil. §3º As quotas são indivisíveis, podendo existir um só possuidor para cada uma delas, cada quota valendo um voto nas deliberações sociais. IV. Nada mais. Monte Azul Paulista/SP, 02/02/2023. **José Roberto Ambrósio Junior**, Presidente / Sócio-Administrador; **Janaina Gamboni de Souza Ambrósio**, Secretária.

Juros: Taxas sobem com realização de lucros apoiada por leilão e fala de Lula

Os juros futuros desaceleraram a alta ao longo da tarde desta quinta, 6, e fecharam com avanço apenas moderado nos principais contratos, dada a escassez de gatilho para os negócios na segunda etapa da sessão. Os principais movimentos foram registrados pela manhã, determinados pelo volume grande de títulos prefixados ofertados no leilão do Tesouro e repercussão negativa da fala do presidente Lula sobre meta de inflação e indicação nas diretorias do Banco Central. Se hoje as taxas subiram ligeiramente, mas em bloco, na semana a curva desinclinou, com aumento discreto da ponta curta e queda do trecho longo.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 fechou em 13,26%, de 13,22% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2025 encerrou em 12,05%, de 11,96% ontem. O DI para janeiro de 2027 terminou com taxa de 12,01%, de 11,90%, e a do DI para

janeiro de 2029 encerrou a 12,40%, de 12,29%.

Como nos últimos dias os prêmios vinham diminuindo em função da melhora do ambiente externo e da percepção fiscal após o anúncio do arcabouço, havia espaço para certa correção na curva. O principal gatilho foi o leilão do Tesouro, que ofertou 23 milhões de títulos – 20 milhões de LTN e 3 milhões de NTN-F – vendidos integralmente. Chamou a atenção especialmente o lote de NTN-F, papéis normalmente demandados pelo investidor estrangeiro, cuja participação nas ofertas há meses tem sido discreta.

Nas mesas de renda fixa, a leitura é de que a captação externa bem sucedida ontem do Tesouro abriu espaço para a instituição hoje testar o apetite dos investidores, especialmente os não-residentes – com títulos domésticos. de forma permanente: temos a volta de gringo!”, comemorou, no Twitter.

Isto é Dinheiro

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC - R\$ 5,0677 / R\$ 5,0683**

Câmbio livre mercado - R\$ 5,0588 / R\$ 5,0590*

Turismo - R\$ 5,170 / R\$ 5,262

(*) cotação média do mercado

(**) cotação do Banco Central

Varição do câmbio livre mercado

no dia: 0,15%

OURO BM&F
R\$ 319,01

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Varição: -0,15%

Pontos: 100.821

Volume financeiro: R\$ 16,877 bilhões

Maiores altas: Alpargas PN (5,04%), Lojas

Renner ON (4,94%), 3R

Petroleum ON (4,84%)

Maiores baixas: Grupo

Natura ON (-5,49%),

TOTVS ON (-4,08%),

Meliuz ON (-3,26%)

S&P 500 (Nova York):

0,36%

Dow Jones (Nova York):

0,01%

Nasdaq (Nova York):

0,76%

CAC 40 (Paris): 0,12%

Dax 30 (Frankfurt): 0,5%

Financial 100 (Londres):

1,03%

Nikkei 225 (Tóquio):

-1,22%

Hang Seng (Hong Kong):

0,28%

Shanghai Composite

(Xangai): 0,0%

CSI 300 (Xangai e Shenzhen): -0,16%

Merval (Buenos Aires):

0,54%

IPC (México): -1,25%

ÍNDICES DE

INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Janeiro 2022: 0,54%

Fevereiro 2022: 1,01

Março 2022: 1,62%

Abril 2022: 1,06%

Mai 2022: 0,47%

Junho 2022: 0,67%

Julho 2022: -0,68%

Agosto 2022: -0,36%

Negócios

Assaí (ASAI3) afunda 5% após avaliar vendas de lojas; entenda



As ações da companhia de varejo Assaí (ASAI3) figuram na ponta negativa do Ibovespa hoje, com queda de mais de 5,3% no intradía. Mais cedo, os papéis chegaram a cair mais de 9% na bolsa de valores.

Em suma, a queda se dá após a liderança do Assaí ter comunicado, em teleconferência, uma revisão dos investimentos a serem realizados neste ano – o que deteriorou a percepção do mercado sobre o crescimento da empresa.

Com isso, vendas de ativos ou redução do Capex estão no horizonte das decisões da companhia.

A declaração da gestão sobre esse eventual corte de

investimentos se dá após rumores de uma eventual oferta primária de ações ASAI3. Belmiro Gomes, presidente da empresa, negou a hipótese, mas citou justamente a revisão dos investimentos da empresa.

“Não há uma discussão de oferta primária neste momento. O que temos é uma discussão, ainda em andamento, sem decisão tomada, de revisão de investimentos orgânicos em 2023 e 2024, para fazer frente ao aumento do custo da dívida”, disse.

O executivo destacou a pressão realizada pelo atual patamar da Taxa Básica de Juros, a Selic.

“Pela pressão de juros, e alavancagem maior, é mais fácil uma revisão de investi-

mentos ou venda de ativos de lojas próprias. Falo isso porque há outras cartas na mesa antes de uma primária”, completou.

O comando do Assaí ainda disse, na teleconferência, que teve crescimento no primeiro trimestre de 2023 acima do ritmo de expansão de 2022, quando a rede cresceu 21%.

Na mesma toada, destacou que o volume de vendas de lojas convertidas de Extra em Assaí está 2,2 vezes maior após mudanças recentes.

Desempenho de Assaí
Conforme dados atualizados pelo Status Invest, as ações da Assaí pagaram R\$ 0,162 por ação em dividendos aos seus acionistas nos últimos 12 meses. Eduardo Vargas/Suno

3R tem relatório de reservas menos negativo que o esperado, dizem analistas, e ação sobe

As ações da petrolífera 3R Petroleum subiam nesta quinta-feira, e lideravam os ganhos em percentual no Ibovespa, após analistas avaliarem a nova certificação de reservas de petróleo e gás da companhia como menos negativa do que o esperado.

Às 13:20 (de Brasília), a ação da 3R subia 4,41%, a 28,9 reais, com petróleo estável no exterior e queda do Ibovespa. Ainda assim, o papel acumulava perda de 23,4% no ano.

O documento divulgado na noite da véspera pela 3R, com base no que foi elaborado pela consultoria especializada independente DeGolyer e MacNaughton, mostrou que a empresa tinha no final do ano passado reservas prova-

das de 367,2 milhões de barris equivalentes de petróleo, queda de 2,5% frente a um ano antes. Já as reservas provadas e prováveis, dado o olhar de perto pelo mercado, caíram 1,5% ano a ano, para 516 milhões.

A 3R ainda divulgou projeções de investimentos de 6,1 dólares por barril para desenvolvimento de reservas provadas e prováveis, contra 5,9 dólares no ano anterior.

“Os números divulgados foram melhores do que o mercado temia, já que nossas interações recentes com investidores sugeriram que muitos esperavam um aumento significativo de investimentos e derrocada nos volumes”, escreveram os analistas do BTG Pactual Pedro Soares e Thiago Duarte. Isto é Dinheiro



‘Fim do Pedacinho’ do Nubank (NUBR33): Entenda descontinuidade dos BDRs no Brasil



Em meados de setembro do ano passado, o programa de BDRs do Nubank já havia sofrido uma mudança após a companhia alterar o tipo dos ativos e reduzir as exigências de divulgação de documentos e outras regras de governança e transparência.

Segundo a fintech, essa mudança “não traz qualquer prejuízo aos atuais e futuros detentores de BDRs da companhia, incluindo os participantes do Programa de Clientes NuSócios, e ao mesmo tempo, possibilitará à companhia aprofundar na otimização de processos e custos, e continuará a oferecer aos investidores brasileiros uma forma direta e simplificada de se expor aos valores mobiliários de emissão da companhia”.

Assim que a companhia apresentar o novo plano de BDRs para a B3, o Bradesco – o banco responsável – deve solicitar o registro do programa de BDRs Nível I.

Com isso, os atuais detentores de BDRs do Nubank poderão escolher entre receber ações do Nubank negociadas diretamente na NYSE – o que exige uma conta em corretora estrangeira – ou receber um novo BDR, de Nível I, na proporção de um para um.

Além disso, há a opção de cash-out, de venda dos BDRs do Nubank e recebimento do dinheiro.

Caso não seja feita qualquer manifestação durante o período de definição – ainda a ser divulgada – será realizada a venda na NYSE da totalidade das ações que servem

de lastro de seus BDRs Nível III, sendo que os antigos detentores receberão o valor equivalente ao preço médio por ação praticado na venda das ações, deduzidos todos os tributos eventualmente devidos.

Entenda fechamento do capital do Nubank no Brasil

Ainda no ano passado o Nubank anunciou pela primeira vez a sua intenção de fechar o capital no Brasil.

“A proposta para a Descontinuidade do Programa de BDRs Nível III tem como objetivo maximizar a eficiência e minimizar redundâncias consequentes de uma companhia aberta em mais de uma jurisdição”, explicou o Nubank em Fato Relevante ao mercado. Eduardo Vargas/Suno